

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSE FRANCISCO WOHL

CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE FILOSOFIA À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RIO NEGRO

2015

JOSE FRANCISCO WOEHL

CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE FILOSOFIA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialização no curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio, Setor de EAD da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Me. Luiz Felipe Sigwalt de Miranda

RIO NEGRO

2015

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos a contribuição da filosofia enquanto disciplina no ensino médio para a educação ambiental, visto que ela enquanto disciplina curricular tem importante papel na formação da consciência crítica dos alunos. Para isto, trabalhamos o histórico do ensino de filosofia no Brasil. Desde a colônia, sua retirada do currículo durante a Ditadura Militar de 1964 e seu retorno como disciplina obrigatória. Neste momento reforçamos a importância da filosofia enquanto formadora da cidadania. Tivemos a preocupação de trazer a Educação Ambiental, sua conceituação e como é trabalhada nas escolas. Em um terceiro momento, buscamos nos textos filosóficos e em filósofos, exemplos de como podemos tratar o tema ambiental dentro das aulas de filosofia.

Palavras-Chave: Ensino de filosofia, Educação Ambiental, Ética ambiental.

ABSTRACT

We present the contribution of philosophy as a discipline in high school for environmental education. Because it plays an important role for the critical consciousness formation of the students as a curricular subject. First of all, we will present the Brazilian history of learning philosophy. The philosophy has been taken away from the schools since the colony period. But at the military dictatorship in 1964 philosophy returns as a binding school subject for civic education which we shall emphasize here. Besides we will focus on environmental education, its concept and school application. At last, we will show some texts and philosophers that conjoint environmental education and philosophy classes.

Keywords: Philosophy of Education, Environmental Education, Environmental Ethics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	10
2.1 HISTÓRICO DA FILOSOFIA COMO DISCIPLINA NO BRASIL	10
2.2 RUMOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO.....	19
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	23
3.1 O QUE É EDUCAÇÃO AMBIENTAL	26
3.2 FORMAS DE EDUCAR PARA O MEIO AMBIENTE	28
4 TEMAS AMBIENTAIS E O ENSINO DE FILOSOFIA	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Estamos vivendo uma crise ambiental que em parte é decorrente da sociedade de consumo capitalista. Esta crise vem ameaçando a sobrevivência de muitas espécies deste planeta inclusive a do ser humano. É necessário que atitudes sejam tomadas, tanto no plano individual quanto no coletivo, para que possamos amenizar os efeitos desastrosos dessa relação do homem com o meio onde esta inserido. Diante dessa situação, nos propomos a trabalhar com o tema “contribuições do ensino de filosofia à educação ambiental”.

No nosso entendimento, as tecnologias do homem, fruto de sua produção para controlar a natureza, acabaram por ser o seu próprio carrasco. Essa crise do homem frente às tecnologias tende a ser um caminho sem volta nas mudanças de pensamento, incluindo o plano filosófico. Isso nos orienta para uma revisão histórica no desenvolvimento das civilizações.

O exame do que significa em nossos dias o espaço habitado, deixa entrever claramente que atingimos uma situação limite, além da qual o processo destrutivo da espécie humana pode tornar-se irreversível [...] Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático (SANTOS, 1988, p.44).

Na famosa conferência sobre o meio ambiente sediada no Rio de Janeiro, a chamada Eco 92¹, um discurso muito pronunciado atentava para o animal mais ameaçado da Terra, o ser humano. Disso, surgiram questões que nortearam e clarificaram as intenções deste projeto. Em especial esta: quais as contribuições do Ensino de Filosofia à Educação Ambiental para repensar o papel do ser humano no mundo? A filosofia deve, entre outras coisas, diagnosticar o presente e, com isso, ajudar-nos a melhor compreendermos nosso papel na sociedade em que estamos inseridos. Para isso, é imprescindível introduzir uma reflexão filosófica com o intuito de despertar o educando

¹Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Realizado entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Essa conferência teve grande repercussão mundial, da qual participaram representantes de 176 países, 1.400 Organizações Não Governamentais (ONGs), totalizando mais de 30 mil participantes.

para as possibilidades de uma sociedade diferente, na qual o SER se sobrepõe ao TER. É urgente que as diversas áreas do conhecimento abraçarem com mais seriedade a temática ambiental, e a filosofia, em particular como promotora da reflexão, tem uma responsabilidade ainda maior.

Educação Ambiental é uma coisa mais séria do que geralmente tem sido apresentada, em nosso meio. É um apelo à seriedade do conhecimento. E, uma busca de propostas corretas de aplicação das ciências. (...) Uma ação, entre missionária e utópica, destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos e ou jamais alcançados. Um esforço permanente na reflexão sobre o destino do homem – de todos os homens – face à harmonia das condições naturais e o futuro do planeta “vivente”, por excelência. Um processo de Educação que garante um compromisso com o futuro. Envolvendo uma nova filosofia de vida. E, um novo ideário comportamental, tanto em âmbito individual, quanto na escala coletiva (AB’SABER, 1993, p.112).

Tendo em vista essa urgência de refletirmos nosso futuro frente a “condições naturais” de nosso meio, é que a educação se faz presente enquanto moderadora para uma mudança comportamental individual de escala coletiva. E a filosofia nos oferece condições para refletirmos as nossas atitudes e as consequências delas no meio e na sociedade em que vivemos. É papel também da escola propiciar condições para nossos alunos melhor compreenderem tal dimensão. Assim, meu problema de pesquisa pode agora ser apresentado. Pretendo debruçar-me sobre esta questão: quais as contribuições que o ensino de filosofia no ensino médio pode trazer para a educação ambiental, com o intuito de despertar uma relação harmônica entre civilização e a natureza²?

As perspectivas científicas de futuro não são muito animadoras, uma vez que estamos sentindo alterações climáticas que, segundo pesquisadores do assunto³, são decorrentes da interferência antrópica no meio. O que está por ameaçar a própria continuação da vida humana e de diversas outras espécies. Essa crise, como coloca Guimarães (2004, p.15), tem como cenário diferentes dimensões, a saber: econômica, política, cultural, social, ética e ambiental. Configurando-se, assim, uma crise de extensão mundial.

² Natureza neste trabalho é tomada como sinônimo de meio ambiente.

³ MOLION, Luiz Carlos Baldicero. Aquecimento global: uma visão crítica. Revista brasileira de Climatologia, v. 3, p. 4, 2008.

Segundo Kuhn (1978), toda ciência humana precisa desenvolver-se a partir de novos paradigmas. Uma vez que a degradação [do meio-ambiente] que encontramos hoje é fruto, em parte, da tecnologia que a ciência moderna criou. Por isso, é necessário e urgente uma crítica séria a esse modelo com vistas a mudanças de postura diante da natureza.

A educação ambiental, portanto, possui o desafio de sensibilizar o sujeito acerca da crise na natureza em que vivemos. Com o objetivo de, primeiro, superar a dicotomia entre o homem enquanto sujeito e a natureza enquanto objeto e, segundo, alavancar ações que evitem mais degradações ao meio-ambiente, trazendo ainda mais prejuízos à qualidade de vida. Para isto é preciso questionar o nosso modelo de vida atual com vistas a modelos alternativos.

Nesse sentido, o ensino de filosofia no ensino médio proporciona ao aluno a oportunidade de desenvolver um pensamento crítico. Para, com isso, contribuir de maneira significativa na formação de cidadãos comprometidos com o equilíbrio socioambiental⁴. A filosofia possui ferramentas importantes para esse trabalho. Caso contrário, o aluno pode correr o risco de ficar à margem desse problema tão atual e preocupante. Enquanto, a escola e(ou) o professor pode(m) ceder ao comodismo de transmitir um saber estéril separado da realidade.

A filosofia é o campo de saber que melhor pode contribuir para a formação de um aluno com condições de refletir sobre as questões que o envolvem enquanto ser social. Ela ajuda, também, outras disciplinas escolares a desempenharem um papel crítico. Mas, para isso, a filosofia precisa trabalhar com temas pertinentes ao cotidiano do aluno. Caso contrário, será só mais uma conjunto de informações que não se transformam em conhecimento.

O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em criar conceitos. (GUATTARI; DELEUZE, 1992, p.10-13)

Com a Filosofia, o aluno tem a oportunidade de construir o conhecimento, movimento tão necessário nesta sociedade onde somos bombardeados de informações

⁴ BOFF, Leonardo. Princípio de Compaixão e Cuidado. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

todos os dias. A própria etimologia da palavra “filosofia” anuncia sua função, pois significa “amor pelo saber” ou “amizade pela sabedoria”. É pertinente e necessário instrumentalizar a sociedade para essa busca do saber. A seleção de informações e a busca de sua veracidade tornam-se essenciais para a formação de uma sociedade mais crítica.

Nosso tema referente à relação do ser humano com a natureza acaba por ajudar a banir os “achismos” ou crenças não (ou mal) fundamentadas, em busca de conceitos mais sólidos, sem deixar com isso por à prova também conhecimentos já consolidados (dogmaticamente), como os da ciência. Assim torna-se importante trazer ao nosso estudo filósofos que se debruçaram sobre os problemas ambientais em seus estudos. Nomes como Arne Naess (1992), que propõe uma visão ecocêntrica do mundo, Guattari (1992), que defende três ecologias distintas, Boff (2000), Barros e Betto (2009) com suas importantes reflexões a respeito da espiritualidade e da natureza. E há aqueles que nos chamam para refletir sobre os rumos da Educação Ambiental, como Mauro Grün, Aloísio Ruscheinsky, Mauro Guimarães, entre outros.

No primeiro capítulo, apresentaremos um breve histórico do Ensino de Filosofia no Brasil, refletindo sobre os momentos pelos quais passaram a disciplina e suas especificidades. Para esse trabalho, vamos nos valer dos escritos de Leite, Catolano, Cunha, Zotti, Azevedo, Pegoraro, Bosi, Costa, Chiraldelli.

Em um segundo momento, trabalharemos as perspectivas para a disciplina de Filosofia, abordando e sua importância para a construção da sociedade. Vamos tratar dos seus rumos e tendências enquanto disciplina do Ensino Médio. Nossas reflexões são baseadas nos pensadores como Paulo Freire, Edgar Morin, Sílvio Gallo e Maria E. R. de Souza.

No segundo capítulo, nossa abordagem será a respeito da Educação Ambiental, sua trajetória no Brasil, numa tentativa de mostrar sua importância para a sociedade atual e para as próximas. Trabalharemos com Leonardo Boff, Mauro Grün, Henrique Leff, Mauro Guimarães e outros.

Teorias filosóficas com temas ambientais e o ensino de filosofia é o nosso assunto para o terceiro capítulo. A intenção é apresentar algumas concepções que marcaram a trajetória do ser humano ocidental que o influenciaram na formação de conceitos referentes à sua relação com o meio onde vive. Mostraremos também algumas sugestões de temas e autores a serem trabalhados com os alunos do Ensino Médio. O

trabalho foi elaborado nas reflexões de Peter Singer, Fritjof Capra, Epicuro, Adorno, Guattari, Ferry, Rousseau, entre outros.

2 O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

2.1 HISTÓRICO DA FILOSOFIA COMO DISCIPLINA NO BRASIL

O ensino de Filosofia no Brasil teve início quando aqui chegaram os primeiros padres da Companhia de Jesus no século XVI (1553), conhecidos como padres jesuítas. Estes religiosos chegaram com a missão de catequizar os índios convertendo-os à fé católica e também com a responsabilidade da educação dos moradores da colônia. Um relato do Pe. José de Anchieta mostra o trabalho realizado por esses missionários:

[...] mas, embora o nosso principal cuidado fosse ensinar e inculcar a eles os rudimentos da fé, também lhes ensinavam as letras; pois eram de tal modo aficionados a aprender a doutrina, que na mesma ocasião eram levados a aprender a doutrina da salvação; davam conta daquilo que pertencia à fé, instruídos segundo algumas fórmulas de interrogações (catecismo), alguns até sem elas...(LUKÁCS apud SCHMITZ, 1994, p.48).

Os jesuítas tinham na educação um interesse especial como forma de arrebanhar mais fiéis a seu credo. Isso tem a ver com o contexto renascentista da Europa do século XV que motivou por parte da Igreja católica um movimento de contra reforma em que a expansão da fé católica era uma das prioridades. Assim, a filosofia foi usada para propagar a fé católica.

Procurar o proveito das almas, na vida e na doutrina cristã, propagar a fé, pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e, nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão; e trate de ter sempre diante dos olhos primeiro a Deus, depois o modo deste seu instituto,

que é um caminho para chegar a ele, e (...) não suceda que algum se deixe de levar de um zelo não regulado para a ciência (LEITE, 1938, p.6).

A partir daí, “a cultura filosófica passa a ser mero comentário teológico, fundado principalmente na renovação da escolástica aristotélica” (CARTOLANO, 1985, p.20).

O militar espanhol Inácio de Loyola fundou em 1534 a Companhia de Jesus. Ela passa a controlar a Universidade de Coimbra, de Lisboa e Évora. Um os principais divulgadores do saber em Portugal. A visão de mundo então difundida baseava-se nos preceitos católicos. Isso chegou até o Brasil e marcou o início da educação. O ensino consolidou-se livresco, formal, baseado nas humanidades clássicas e desenraizado do mundo concreto.

A filosofia fazia parte do curso de artes, oferecido pelos jesuítas aos estudantes que concluíram o primeiro nível de letras humanas. Era um curso não destinados à toda população mas sim à elite do Brasil colônial. Dessa maneira, percebemos o caráter excludente que a educação trazia em seu bojo. Filosofia era para os destinados ao controle da colônia, apesar de ser pautada na escolástica com forte controle do que estudar.

A burocracia desse aparelho ideológico era constituída pelo clero secular e pelos religiosos de diversas ordens, destacando-se dentre estas, pelo seu número, organização e relevância, a Companhia de Jesus. Sua atividade educacional principal era a catequese dos índios, enquanto que os padres seculares dedicavam-se quase que exclusivamente, aos serviços religiosos nos latifúndios, como capelães residentes, e nos centros urbanos como párcos. Na retaguarda da atividade missionária, os jesuítas mantinham, nos centros urbanos mais importantes da faixa litorânea, colégios para ensino das primeiras letras, para o ensino secundário e superior. Eles se destinavam a cumprir tripla função: de um lado, formar padres para a atividade missionária; de outro, formar quadros para o aparelho repressivo (oficiais de justiça, da fazenda e da administração); de outro, ainda, ilustrar as classes dominantes no local, fossem os filhos dos proprietários de terra e de minas, fossem os filhos dos mercadores metropolitanos aqui residentes (CUNHA, 1980, p.23).

Assim com a fundação de colégios destinados aos filhos dos senhores e à catequização dos filhos dos pobres, escravos e dos índios, distingue-se o que ensinar a cada grupo, garantindo desta maneira uma visão de mundo da classe dominante. Os

primeiros colégios tanto em Portugal quanto no Brasil eram subsidiados pelo estado, uma vez que desempenhavam um bom papel na perpetuação do *status quo*.

Os jesuítas estiveram a frente do ensino no Brasil por aproximadamente 210 anos. Para eles, a filosofia deveria estar na base da formação do homem. Devemos considerar que a filosofia em questão é tida como serva da teologia e desvinculada da realidade do educando.

Com a ascensão política de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (primeiro ministro de Portugal de 1750-1777), realizaram-se diversas reformas em Portugal que por consequência atingiram também as colônias. Uma das consequências para o Brasil foi a expulsão dos jesuítas por motivos políticos, deixando o processo educativo dentro da colônia órfão. Foi a destruição do único sistema de ensino existente no país. Uma justificativa para a expulsão era que o ensino deveria preparar o cidadão para servir ao estado civil e não à igreja. Assim, ele tira o comando da educação das mãos dos jesuítas e passa para as mãos do Estado.

Demorou muito na colônia para que o governo conseguisse estruturar a educação depois da expulsão dos jesuítas. Foi por meio do Alvará Régio de 28 de junho de 1759 que Marquês de Pombal criava as aulas régias (ou avulsas) de Latim, Grego, Filosofia e Retórica as quais deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas. Estas aulas eram fragmentadas, ministradas por professores leigos e mal preparados. Colégios de outras ordens religiosas continuaram a atuar no Brasil, baseados na pedagogia jesuítica. As reformas propostas na educação não atravessaram o oceano.

O Brasil não é contemplado com as novas propostas que objetivavam a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século. Restam no Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa (Zotti, 2004, p. 32)

Mesmo com as reformas acontecendo em Portugal e a expulsão dos jesuítas no Brasil, isso não se configurou em um avanço mas um retrocesso. As ideias iluministas ditadas pelo movimento encabeçado principalmente pela França não se configuraram em uma realidade brasileira.

[...] o ensino orientou-se ainda para os mesmos objetivos religiosos e livrescos dos jesuítas; realizou-se através dos mesmos métodos pedagógicos, com apelo à autoridade e à disciplina estreitas, tendendo a impedir a criação individual a originalidade. Quanto ao ensino de filosofia, continuou também no mesmo estilo livresco e escolástico (CARTOLANO, 1985, p.25).

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil motivada pela invasão francesa de Portugal, houve mudanças também na questão educativa. Foi transferido para o Brasil a Biblioteca Real e aberta a todo público. Em uma região onde os livros eram escassos, essa medida com certeza trouxe benefícios aos que desejavam o saber mas sem condições de acesso a livros. A abertura dos portos para outras nações e o desejo de melhorar culturalmente o Brasil fizeram com que muitos intelectuais aqui chegassem. A ideia era formar uma classe para administrar a colônia e para isso foram criados novos colégios nos quais a filosofia servia para a formação profissional. Havia a preocupação por parte da Corte portuguesa, agora instalada no Brasil, de trazer mais conforto à elite. Assim em 1834 foram criadas e estruturadas algumas escolas de ensino superior, como a de formação de oficiais do exército e da marinha, cursos de medicina, agronomia, economia política, desenho técnico e outras. O secundário passa a ser preparatório para o ingresso nesses cursos.

Os cursos que inauguram o ensino superior no Brasil: Academia Real da Marinha (1808) e Academia Real Militar (1810). Inaugurando os cursos médicos, foram criados em 1808, o curso de cirurgia na Bahia e o curso de anatomia e cirurgia no Rio de Janeiro. Atendendo à necessidade de formação de técnicos em economia, agricultura e indústria fundaram-se, na Bahia, os cursos de economia em 1808, agricultura em 1812, química em 1817, e o de desenho técnico em 1818, no Rio de Janeiro, o laboratório de química em 1812 e o curso de agricultura em 1814 (AZEVEDO, 1976, p.71).

A intenção era formar uma elite que garantisse a segurança e a governabilidade da colônia, agora elevada a condição de Reino Unido de Algarves. Essas escolas se restringiam a região próxima ao Rio de Janeiro. Em 1838, a filosofia passa a ser obrigatória mas continua a ser retórica e enciclopédica, desvinculada da realidade. O

restante do país continuava no abandono educacional. Mesmo a maioria da população da capital continuava sem acesso a uma escola de qualidade.

Com a influência das correntes francesas na educação brasileira, passamos a ter de forma mais presente o pensamento positivista que mais tarde irá influenciar as atitudes tomadas pelas elites dirigentes.

Com o retorno de brasileiros que estudavam na Escola Politécnica de Paris (onde lecionava Augusto Comte), o positivismo veio a se firmar como a ideologia dos médicos, dos engenheiros, dos oficiais do exército e dos professores secundários das disciplinas científicas. Eles passaram a ser os ideólogos das frações progressistas das classes dominantes e das camadas médias urbanas, utilizando a doutrina positivista contra as doutrinas veiculadas pela Igreja Católica e, por extensão, contra o regime monárquico e a escravidão [...] Os estudos de filosofia (propriamente dita) deslocaram-se para as faculdades de Direito, onde foi menor a influência do positivismo (CUNHA, 1980, p.63).

Com a República, a influência de intelectuais europeus e o surgimento de pensadores brasileiros, o ensino de filosofia começa a aparecer nas salas de aula, mesmo que não obrigatório a todos os cursos. Em 1891, foi decretada a gratuidade do ensino primário e essa deveria ser dentro dos moldes de liberdade e laicidade. Benjamin Constant, quando Ministro da Instrução Pública, pregava que o ensino deveria tornar-se formador e não apenas preparador de alunos para os cursos superiores. “Mas o que ocorreu verdadeiramente, em vez de uma reforma, em toda a extensão do termo, foi apenas um acréscimo de disciplinas científicas às tradicionais, propiciando assim, um ensino mais enciclopédico” (MAZAI; RIBAS, 2001, p.7).

Em 1908, fundava-se a Faculdade Livre de Filosofia e Letras pelos monges beneditinos a qual possuía uma orientação neotomista. A reforma educacional de 1915, com o decreto nº 11.530, transformou a filosofia em uma disciplina facultativa. Em 1931, outra reforma determinava “a formação do homem para todos os setores da vida, isto é, uma formação integral que lhe possibilitasse tomar decisões claras e seguras em qualquer situação de sua existência” (MAZAI; RIBAS, 2001, p. 9). No ano de 1942, mais uma reforma dividiu o ensino secundário em ginásio que compreendia quatro anos, colegial de três anos. Esse por sua vez subdividia-se em científico e clássico. A filosofia era disciplina obrigatória em um ano do científico e dois do clássico, distribuída em uma

carga horária de quatro aulas semanais. “A filosofia era disciplina comum aos cursos clássico e científico e deveria ser ensinada de acordo com um mesmo programa para ambos os cursos, apenas com maior amplitude no curso clássico” (CARTOLANO, 1985, p.59). Com o tempo, várias portarias foram reduzindo o número de horas-aula e de séries da filosofia, chegando a ser ministrada apenas para o último ano.

Promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, a filosofia é reduzida a um caráter de disciplina complementar e incorporada mediante indicação de cada Conselho Estadual de Educação, perdendo assim sua obrigatoriedade.

Com o golpe militar de 1964, restringiu-se ainda mais a atuação da filosofia como disciplina, tornando-se facultativa. A lei n. 5.692/1971 introduziu o ensino profissionalizante segundo a tendência tecnicista, o que acabou por extinguir quase por completo a filosofia das salas de aula. A educação estava a serviço dos interesses econômicos sob orientação norte-americana (MEC-Usaid)⁵.

[...] desapareceu abruptamente dos cursos médios. Esta disciplina, cuja propriedade é a da reflexão crítica sobre a teoria e a prática, capaz de perscrutar a significação das ciências da natureza, das ciências do homem, o andamento da cultura e suas implicações ideológicas, é alijada no período crucial de formação do adolescente e, por motivos análogos, praticamente desaparece dos currículos superiores. [...] Aqui, o golpe do poder tecnoburocrático foi mais estrondoso e ostensivo do que em qualquer outro setor da educação superior brasileira. (BOSI, 1983, p.135)

Foi com certeza um golpe muito duro contra o ensino de filosofia e contra a educação em geral. A educação passou a ser uma questão de segurança nacional. Uma estratégia ideológica, valendo como instrumento de defesa das classes hegemônicas no poder, contra os inimigos internos. Os professores de filosofia das universidades acabam por sofrer perseguições. Segundo Pegoraro,

⁵ Acordos entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), visando estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. O objetivo era fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Na prática, os MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar.

quando um professor enveredar para a análise das causas próximas, dos problemas que nos circundam; quando se interroga sobre a justiça, a eticidade do regime, o absurdo, a miséria, da doença e da fome produzidos pelos sistemas; quando um professor tratar destas causas próximas, cai na desgraça oficial e na mira dos chefes de departamentos. (PEGORARO, 1979, p.13)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 5692/1972 substituiu a filosofia por disciplinas doutrinárias como a Educação Moral e Cívica (EMC) e a Organização Social e Política do Brasil (OSPB). O conjunto de medidas adotadas para a educação brasileira acabaram por levar a ensino à uma crise de identidade devido aos muitos métodos importados. Não conseguimos dar uma boa formação profissional aos alunos, nem prepará-los adequadamente para o ingresso na universidade. A educação continuou separada da realidade.

Ficou muito claro, a partir daí, que o pensar crítico e transformador característico da atividade filosófica constituía uma ameaça ao poder e à ordem vigentes, à medida que se propunha a formar consciências que refletissem sobre os problemas reais da sociedade. Nesse sentido, procurou-se aniquilar essa atividade reflexiva, substituindo-a por outra de caráter mais catequista e ideológico, a nível político. A educação moral e cívica, sendo também “moral”, estava atendendo ao que se queria que fosse o ensino da filosofia, num período de grandes agitações estudantis e operárias: apenas vinculadora de uma ideologia que perpetua a ordem estabelecida e defende o *status quo* (CARTOLANO, 1985, p.74).

Com isso percebe-se que a intenção desse governo militar no tocante à política educacional era ser um mecanismo social para assegurar a dominação necessária para a continuidade de uma política de subordinação. Não havia o interesse de oportunizar aos estudantes uma educação emancipatória que os apontasse caminhos da criticidade em relação à realidade na qual estavam inseridos.

A filosofia, como não atendia aos objetivos tecnicistas e burocráticos da nova concepção de ensino, deveria ser expurgada, bem como a Psicologia e a Sociologia. Uma disciplina cumpriria melhor esses desígnios – a Educação Moral e Cívica –, regulamentada em decreto-lei de 1969. Em 1971, a lei 5692 constituiu-se no golpe derradeiro contra o ensino de Filosofia no 2º grau, não apenas por torná-la disciplina da parte diversificada dos currículos, voltada ao atendimento de

peculiaridades regionais, pois ela já tinha caráter semelhante a partir da lei 4024/61, mas pela direção imprimida à escolarização de 1º e 2º graus. A introdução do ensino profissionalizante e a ênfase dada às disciplinas da parte de formação especial reduzem drasticamente o espaço da Filosofia. Ela permanece, então, por longos anos, pelo menos até o início da década de 80, presente em alguns redutos de defesa da educação humanística (COSTA, 1992, p. 52-53).

Essa aridez do ensino brasileiro em relação a formação mais humana só começará ser superada – e ainda não o foi totalmente – a partir da redemocratização. Neste momento que teremos um movimento mais forte para que a filosofia e sociologia voltem a fazer parte do cotidiano do aluno.

Em 1982, no último governo militar, representado por João Batista de Oliveira Figueiredo, pela lei educacional n. 7044/1982 a expressão “qualificação para o trabalho” foi substituída por “preparação para o trabalho”. O fracasso do modelo educacional estabelecido no regime militar começa a forçar mudanças que irão mais tarde trazer novas medidas das quais a filosofia ressurgirá como disciplina nas escolas de ensino médio.

A lei 7044/82 do General Figueiredo, que revogou o ensino profissionalizante obrigatório do 2º grau, foi o reconhecimento público da falência da política educacional da ditadura e a demonstração de que as atitudes e planos tecnocráticos haviam de fato colocado o governo numa situação de distanciamento para com a maior parte da sociedade, até mesmo as classes dominantes (CHIRALDELLI, 1991, p. 185).

No mesmo ano, temos o parecer n. 342/1982 do Conselho Federal de Educação, sugerindo que a filosofia poderá fazer parte do quadro de disciplinas que compõe o currículo do Ensino Médio. Com a entrada de um governo civil em 1985, aumentou-se o debate em torno da obrigatoriedade da filosofia, pela carência na formação dos alunos principalmente no tocante à percepção da realidade, como comenta Ávila (1986, p. 48). Quando a partir de 1971, com a saída progressiva da filosofia do currículo das escolas, houve um empobrecimento da formação cultural da juventude, diminuindo a sua capacidade de ver os problemas de uma forma mais ampla o que se tornou uma das maiores limitações de nosso sistema educacional.

Em 1996, com a LDB⁶ n. 9394/1996, a situação se mantém. O artigo 36, parágrafo 1º, recomenda o “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Foi um avanço em relação ao período ditatorial vivido pelo Brasil, mas não suficiente para colocar a filosofia como disciplina. Com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CEB / CNE n. 3/1998), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 1998, e os PCNEM (de 1999), apenas recomendam que a disciplina de Filosofia complemente os Temas Transversais dos PCNs⁷. A Filosofia é recomendada, nos PCNs, como conteúdo e não como uma disciplina. Assim, todas as disciplinas deveriam trabalhar dentro de seus conteúdos a filosofia. Esse tipo de medida não é garantia de que ela - a filosofia - fosse trabalhada. Também não sendo professores licenciados em filosofia, a abordagem filosófica acreditamos nós, sairia prejudicada em sua qualidade.

Essa situação só foi de fato alterada quando, em 2008, a lei n. 11.684/2008 revê o artigo 36 da LDB e estabelece a obrigatoriedade da inserção da filosofia e da sociologia nos currículos do Ensino Médio. O projeto após três anos tramitando foi aprovado pela Câmara e pelo Senado Federal, sendo vetado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso sob alegação de que o Brasil não possuía mão de obra qualificada suficiente para a demanda que as disciplinas exigiriam e os estados e municípios não conseguiriam arcar com o incremento orçamentário que estas duas disciplinas trariam. Com certeza argumentos falaciosos uma vez que existem muitos cursos de licenciatura em filosofia espalhados pelo país e depois a demanda despertaria o interesse na busca pelo curso. Sobre o orçamento, não haveria um aumento de carga mas uma adequação, o que traria um insignificante gasto a mais.

Em 2008, temos a aprovação da Lei n. 11.684/2008 que altera a LDB, tornando obrigatório a filosofia e a sociologia como disciplinas nos três anos do Ensino Médio. Foi um grande avanço mas a luta não se encerra aí. Introduzir a filosofia em todas as fases da educação deveria ser uma prioridade e com certeza um resultado infinitamente melhor. Com a obrigatoriedade da disciplina outra batalha começa que é o como trabalhar a filosofia a fim de que ela possa desempenhar o papel que esperamos dela.

⁶Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

⁷Parâmetros Curriculares Nacionais

Em nosso próximo tópico, discutiremos o ensino de filosofia, em busca do que é a disciplina de filosofia e o que se espera dela. Vamos analisar os caminhos seguidos e a seguir por ela.

2.2 RUMOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

O retorno da filosofia como disciplina obrigatória abre novas discussões. Temos novos questionamentos sobre seu processo de ensino. Precisamos saber o que ensinar e como ensinar aos alunos. Somos sabedores da sua importância como disciplina para a formação de uma sociedade mais crítica, que saiba se posicionar diante das circunstâncias e situações problemas frequentes em nosso Brasil. A filosofia é essencial para a permanência e sucesso das democracias. Se tratando de um instrumento de reflexão, liberta-nos das amarras da ignorância, permitindo-nos sair da “caverna”. Esta tomada de consciência, impulsiona a uma participação política mais efetiva na qual as pessoas sentem-se autoras da história, levando a um reconhecimento de direitos e deveres. Gramsci (1989), aponta que a escola possui poder para formar ou deformar a sociedade, na medida em que ela é a promotora de uma interação ampliada com os homens.

Precisamos urgente de pessoas com olhar filosófico. Segundo Arroyo (1991), na escola é que deve prevalecer o princípio da educação, uma vez que é na escola que as pessoas vão em busca do saber. Para que isso aconteça precisamos de professores dispostos e capacitados a fazer esse trabalho a fim de formar uma classe de pessoas capazes desse olhar. Aqui vale chamar a atenção das instituições de cursos de licenciatura em filosofia para que promovam a discussão em torno do ensino de filosofia⁸. Uma formação filosófica propicia ao indivíduo condições de uma participação política mais efetiva, dando-lhe oportunidade de pensar, ampliando a visão e o pensamento.

A sala de aula em si já é um desafio filosófico no que se refere ao professor, suas práticas pedagógicas e os conteúdos trabalhados. A atividade pedagógica da filosofia deve ser antes de tudo uma atividade Filosófica. A Filosofia possui uma especificidade que só ela tem. É um exercício de pensamento que se articula em torno de problemas

⁸Temos que mencionar programas como PIBID/Filosofia que permite a acadêmicos de licenciatura uma experiência empírica do ensino e ANPOF-EM que trata de discussões dos problemas relativos ao trabalho com a filosofia no Ensino Médio

que não se resolvem de forma direta, imediata e definitiva. A própria Filosofia se torna um problema filosófico e é alvo da análise e reflexão. Cabe à filosofia a capacidade de análise e reconstrução racional e crítica. Para isso ela necessita recorrer a sua história.

Segundo Kant (1992, p.174), os alunos devem aprender a pensar por si só, ou seja, filosofar. Primeiro, deve ser um homem de entendimento, depois um homem de razão e por último um homem de instrução. Ele argumenta que seguindo esse método, mesmo que o aluno não consiga chegar ao final de seus estudos, terá se tornado mais inteligente e que será proveitoso em sua vida. A instrução pela instrução gera uma ilusão de sabedoria. As instituições educativas geralmente estão centradas na instrução, o que gera formandos com pouca sabedoria e conseqüentemente menos autônomos em seus pensamentos. Estão baseados na passividade de quem aprende, no repasse e introjeção de informações e só depois mais maduros estão “prontos” para filosofar, ou seja, refletir sobre o que aprendera. Isto não traz resultados positivos pois a filosofia é investigativa. Segundo Freire:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1983, p.38).

A vinculação do estudo da filosofia ao conhecimento da história da filosofia, segundo Hegel (2004, p.327), parte da realidade que tudo o que somos é fruto da história. O que possuímos de modo permanente está inseparavelmente ligado com o fato da nossa existência histórica. O saber é acumulado no decorrer da história, cada geração a seu tempo dá a sua contribuição. O mundo espiritual preexistente, produto de outros homens, nossos ancestrais, será sempre a base da qual partiremos e desenvolveremos nossa filosofia, futuro produto.

Ser fruto da história não significa de modo algum uma visão determinista. Por meio do pensar filosófico temos condições de interferir (o quê?) na história e fazer novos conhecimentos conforme a realidade que estamos inseridos. Cada momento histórico traz seus questionamentos e cria caminhos para resolvê-los. Conforme Perine:

Aprender filosofia dessa maneira é entrar numa tradição viva, não de pensamentos confiados a livros guardados em bibliotecas, mas de homens e mulheres que escolheram e escolhem compreender a realidade e a si mesmos num discurso que responda às exigências de racionalidade e universalidade. [...] transformará os seres humanos que, pela compreensão da realidade, poderão mudar o curso da história. Afinal de contas, a realidade compreendida não será mais a mesma de antes da compreensão (PERINE, 2013, p.153)!

A essência do homem está nas condições concretas que fazem parte do seu momento histórico, porém deve aprender a refletir e conhecer a realidade para encontrar sua identidade e assim ser autônomo. Por isso, é necessário desenvolver nos educandos as habilidades e competências necessárias para esta tarefa. Desse modo, o ensino de filosofia estará cumprindo seu papel.

Conhecer o humano é antes de mais nada, situá-lo no universo e, não separá-lo dele. Nesse sentido, o que ensinar, deve estar ligado ao contexto onde o mesmo deve ser desmistificado rompendo os entraves de seu fundamento e trazendo a experiência intelectual. Desse modo, a filosofia pode ser trabalhada a partir de seus próprios fundamentos, uma vez que, traz em sua gênese a necessidade de trabalhar o momento vivido pelos homens, porque a sua finalidade frente ao homem e ao mundo perpassa os séculos (MORIN, 2001, p.47).

A forma como trabalhar as aulas de filosofia hoje se mostra um desafio. A grande pergunta é como ensinar de maneira significativa Filosofia para os jovens brasileiros de nosso dia. É fazer que os alunos encontrem sentido no conteúdo filosófico a eles proposto, pois dessa construção depende o sucesso da aprendizagem. Um ensino enciclopédico demais pode trazer o desinteresse dos alunos. Conforme Maria E. R. de Souza:

Após o retorno formal da disciplina de Filosofia ao Ensino Médio, estamos forçosamente transitando por um momento que nos obriga a rever concepções didáticas, metodologias, conteúdos, recursos pedagógicos, formas de avaliação, entre outras questões que envolvem o ensino e a aprendizagem. Talvez a diretriz mais importante neste momento seja aquela que discute o lugar da História da Filosofia no ensino. Compreendendo que o ensino da Filosofia não pode resumir-se às extensas interpretações e exegeses a que, costumeiramente, tem se reduzido. Impõe-se, é claro, entender o lugar da História da Filosofia na construção do pensamento, mas é preciso entender também que a Filosofia é um exercício de questionamentos, de indagação de dúvidas acerca da realidade. (SOUZA, 2014, p.10-11)

Outra tendência do ensino de filosofia é tornar a sala de aula em um fórum de debates sobre problemas polêmicos ou que fazem parte do cotidiano dos alunos. Em entrevista, Celso Favaretto dá sua opinião sobre o assunto:

[...] Se ela veio para o nível médio é porque tem – como as outras disciplinas – que contribuir especificamente, e não apenas com discussões, com debates, com discussões acaloradas de problemas emergentes da vida social, da vida política, problemas como as drogas, a violência, a sexualidade etc. Esses problemas são todos interessantes e podem ser discutidos inclusive em aulas de filosofia, desde que trabalhados a partir da construção de referências, de sistemas de referências, de modo que a discussão seja aquela que exercite um sistema de referência contra outro sistema de referência. (CARVALHO, 2013, p.25)

Existe um grande desafio para a disciplina de Filosofia enfrentar. Primeiro, o de não se tornar enciclopédico (conteudista demais) e nem tematizar demais com a realidade alicerçando-se em demasia na tradição filosófica. O desafio se agrava quando temos professores de outras áreas de formação ministrando aulas de filosofia para preencher carga horária ou porque não existe profissional qualificado na escola. Outro agravante é o excesso de horas trabalhadas devido aos baixos salários recebidos pela categoria, o que traz dificuldades para esses profissionais encontrarem tempo para o seu estudo e preparo das aulas.

Cabe ao professor de filosofia promover uma reflexão filosófica que afirme a liberdade eticamente exercida. Não cabe à ele tornar-se baluarte da defesa de sistemas ideológicos e políticos, querendo com isso enquadrar o aluno nas suas ideias ou impor sua concepção de vida, pois não se deve ensinar filosofia ou filosofias mas sim ensinar a filosofar por meio da reflexão, análise e outras competências que são próprias da disciplina. Segundo Sílvio Gallo:

Aula de filosofia deve funcionar como uma oficina de conceitos, um local onde os conceitos historicamente criados são experimentados, testados, desmontados, remontados, sempre frente aos nossos problemas vividos. E também um local onde se arrisque a criação de novos conceitos, por mais circunscritos e limitados que eles possam ser. (GALLO, 2003, p.4)

Assim, as aulas de filosofia tem a incumbência de produzir conceitos que permitam às pessoas viverem com sabedoria, ampliando e fortalecendo o exercício das

liberdades públicas e privadas. Só desta maneira a filosofia estará cumprindo com seu papel de construir uma sociedade composta por cidadãos críticos e comprometidos com o bem estar social.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental vem com uma missão de conciliar o ser humano ao ambiente onde vive. As constantes transformações que passa o planeta têm afetado significativamente o meio físico, biológico, político e social. O que traz um comprometimento no ambiente e na qualidade de vida, colocando em risco o futuro da humanidade neste planeta. A respeito da parcela de culpa do homem nessas mudanças negativas, os especialistas no assunto divergem no tocante aos efeitos, se são causados por ação antrópica ou ciclo natural que, independente da ação humana, irá acontecer.

Neste trabalho não nos cabe analisar essas teorias pois não é nosso foco de estudo. Partimos da ideia de que, independente de ser natural ou não essas mudanças, o homem com seu modelo de sociedade vem contribuindo e acelerando consideravelmente as degradações em seu meio. É partindo deste pressuposto que trataremos a Educação Ambiental e sua necessidade para a formação da sociedade. Segundo Leff (2002, p.59), a crise ambiental se explica a partir de uma diversidade de perspectivas ideológicas. Por um lado, ela é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta, por outro, é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro em curto prazo. De qualquer modo, é a maneira que o ser humano criou seu modo de vida que está interferindo na sua relação com o meio físico e com seu semelhante.

Em toda sua história o ser humano causa um impacto sobre o meio biofísico⁹. Por meio do trabalho, ele se apropria de recursos que a natureza dá para transformá-los em bens de consumo, satisfazendo assim as suas necessidades. Nessa dinâmica ele transforma o meio mas também sofre alterações. Surge assim a necessidade de educar o ser humano para a convivência com o meio a fim de minimizar os impactos. A educação ambiental vem exatamente mostrar que o ser humano é também capaz de gerar mudanças significativas ao trilhar caminhos que levam a um mundo socialmente mais justo e ecologicamente mais sustentável.

Nesse sentido, a Educação Ambiental tem sido abordada como forma de questionar os padrões antigos e atuais de comportamento dos seres humanos em relação as formas de utilização dos recursos naturais e as relações sociais que permeiam toda a humanidade. Conforme Leff (2003, p. 19), “a crise ecológica atual, pela primeira vez não é uma mudança natural; é transformação da natureza induzida pela concepção metafísica, filosófica, ética, científica e tecnológica do mundo”. A lógica do lucro alimenta o sistema capitalista e gera pobreza de milhões de pessoas enquanto uma minoria usufrui de toda riqueza gerada. Essa relação se torna uma forma de exploração tanto do meio físico quanto do ser humano¹⁰.

Ao modo de produção capitalista corresponde essencialmente uma relação social “entre duas classes”. Destas, uma [a burguesia], por ter o “monopólio dos meios de produção e do dinheiro”, explora a outra [a classe trabalhadora], que não é proprietária de nada, exceto a sua força de trabalho, que se vê forçada a vender. O “objetivo da produção” é aqui o objetivo da burguesia: a criação de mais valia para a acumulação privada de capital, não a satisfação das necessidades da maioria dos membros da sociedade.(MARX; ENGELS, 1999, p.69-70)

A degradação é histórica e agravou-se muito com a Revolução Industrial, quando passamos do modo de produção manufatureiro para o industrial. Engels faz um relato em 1878 sobre esta situação:

⁹A biofísica busca enxergar o ser vivo com um corpo, que ocupando lugar no espaço, e transformando energia, existe num meio ambiente o qual interage com este ser. Aspectos elétricos, gravitacionais, magnéticos e mesmo nucleares estão na fundamentação de vários fenômenos biológicos.

¹⁰Cf. BOFF, Leonardo. **O pecado maior do capitalismo: o risco do ecocídio e do biocídio**. Disponível em: <http://www.leonardoboff.com/site/vista/outros/o-pecado.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2015

Houve um domínio das forças da natureza para colocá-las ao serviço do homem, e a multiplicação dessa situação resulta em um futuro devastado do ponto de vista natural e social. E ainda, como consequência causaria excesso de trabalho e uma miséria crescente nas massas e uma explosão de crises a cada década. (ENGELS, 1978, p. 27-8)

Essa mentalidade de valorização humanística ganhou grande impulso com a ciência moderna que tinha a visão de conhecer a natureza para poder colocar ao serviço da humanidade, de seus caprichos.

O projeto baconiano era o de converter a natureza (orgânica) na *Nova Atlântida*. Assim, Bacon começava a desenhar a linha divisória moderna entre natureza e cultura. Uma linha que acabaria se inscrevendo fortemente na história, cindindo de modo irremediável os seres humanos e a natureza. Cisão esta que tomaria as proporções de um abismo nos séculos subsequentes. (GRÜN, 2002 p.32)

Forma-se uma dicotomia entre humanos e natureza. São anos em que aprendemos a degradar e por isso é necessário mais que urgente aprendermos a preservar, a melhorar as relações entre o ser humano e os seres não humanos, mudar a sociedade e os modelos exploratórios que estão aí. ○ “Novo paradigma de re-ligação, de re-encantamento pela natureza e de com-paixão pelos que sofrem; inaugura-se uma nova ternura para com a vida e um sentimento autêntico de pertença amorosa à Mãe-Terra” (BOFF, 1999 p.25-26).

Nessa questão entra a Educação Ambiental, da sua trajetória histórica para a sua edificação ocorreram vários eventos de grande vulto que resultaram em documentos e diretrizes relevantes. Atingiram uma dimensão mundial, proporcionaram, assim, uma construção de princípios e fundamentos defendidos ainda hoje para a Educação Ambiental. Destacamos aqui dois marcos que julgamos ser fundamentais para a Educação Ambiental.

O primeiro que colocamos em destaque foi a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, em Tbilisi¹¹, no ano de 1977. Esta foi fundamental para que a Educação Ambiental fosse incorporada aos conteúdos, diretrizes e atividades das políticas educacionais. Contribuiu para definir os princípios, objetivos e características da Educação Ambiental, valorizando a partir daí a interdisciplinaridade, ou seja, a

¹¹Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que foi responsável pela elaboração de princípios, estratégias e ações orientadoras em educação ambiental que são adotados até a atualidade.

necessidade de se focar a Educação Ambiental em uma perspectiva global, permeando todas as disciplinas.

Nosso segundo destaque é para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio-92¹². Foi promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizada na cidade do Rio de Janeiro. Teve como objetivo reverter o processo de degradação ambiental e discutir o desenvolvimento sustentável, aplicando-o, principalmente, como solução para um melhor progresso das populações mais carentes do planeta. Entre todos os acordos e protocolos firmados durante a conferência, acreditamos ser o mais importante a chamada Agenda 21¹³. Assinada por 179 países, comprometendo-se a adotar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica como forma de conduzir o crescimento econômico por meio do desenvolvimento sustentável.

O documento considera que a Educação Ambiental é indispensável para a modificação da conduta a fim de formar sociedades sustentáveis. Por isso deve estar presente em todos os níveis escolares. Contudo, anos mais tarde em outras conferências o que se constatou é que muito pouco havia sido feito daquilo que previa a Agenda 21.

3.1 O QUE É EDUCAÇÃO AMBIENTAL

São vários os conceitos para definir a Educação Ambiental. Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

¹²Eco-92 (ou Rio-92), Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

¹³Documento lançado na Eco-92 (ou Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD – realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro), que sistematiza um plano de ações com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável.

O artigo 2º coloca que a educação ambiental é essencial e deverá ser permanente, atingindo todos os níveis e modalidades da educação formal ou não. Esse conceito está muito ligado ao conceito de sustentabilidade porque prevê a conservação do meio ambiente. Acreditamos que a educação ambiental deve promover as mudanças necessárias em vista de novas formas de se construir a sociedade e não apenas conservar. Carvalho ressalta:

cabe reconhecer que gerar comportamentos individuais ordeiros, preocupados com a limpeza de uma área ou com a economia de recursos ambientais como a água ou a energia elétrica, pode ser socialmente desejável e útil, mas não significa necessariamente que tais comportamentos sejam integrados na formação de uma atitude ecológica e cidadã (CARVALHO, 2006, p. 181).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2º,

a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (BRASIL/MEC, 2012, p.2)

Destacamos o fato da atividade intencional da prática porque não se trata de uma atitude mecânica, sem reflexão alguma sobre os resultados desse comportamento. Conforme Carvalho:

Essa distinção entre atitude e comportamento vai influenciar diferentes modos de compreensão do ato educativo. Há orientações pedagógicas que concebem a finalidade e a efetividade da educação como a mudança de comportamentos, enquanto outras pensam o processo educativo nos termos da formação de atitudes. Com a EA (Educação Ambiental) não é diferente. Nela há muitas atividades e programas que operam de acordo com uma orientação comportamentalista e conseqüentemente enfatizam, por exemplo, a mudança de comportamentos de agressão ou indiferença ao meio ambiente para comportamentos de preservação e condutas responsáveis, ao passo que outras orientações valorizam como finalidade de sua ação a formação de uma atitude ecológica (CARVALHO, 2006, p. 178).

Definir educação ambiental é complexo devido a falta de consenso sobre os diferentes entendimentos. Mauro Guimarães (2004, p.16-17), aponta para duas vertentes que ele denominou de educação ambiental tradicional (ou conservadora) e a educação ambiental crítica. A primeira ele define como tendo uma visão mecanicista da ciência, sem

mostrar as relações de poder que permeiam a sociedade atual. Segundo ele, essa concepção de educação ambiental não tem condições e nem interesse em trazer mudanças necessárias para a superação da crise socioambiental. A segunda concepção tem uma característica interdisciplinar que intenciona mostrar as relações de dominação existentes na sociedade. No Brasil ela tem por base a pedagogia popular de Paulo Freire com forte cunho marxista de interpretação da realidade social.

Entendemos que a educação ambiental é uma necessidade que deve trabalhar com conceitos interligados e assim trazer uma reflexão mais ampla. Da qual se possa unir teoria e prática construindo noções de valores éticos, culturais, sociais e políticos. Conforme Leef (2001, p.258), “a pedagogia do ambiente implica tomar o ambiente em seu contexto físico, biológico, cultural e social, como uma fonte de aprendizagem, como uma forma de conscientizar as teorias na prática a partir das especificidades do meio”. Ela, a educação ambiental pressupõe um processo contínuo de sensibilização em vista de uma conscientização das responsabilidades do cidadão perante a si próprio, a sua família, comunidade, pais e universo. A Educação Ambiental, é um dos principais e mais poderosos instrumentos de intervenção de que se dispõe, para resultados de médio e longo prazo. Aqui cabe uma frase de Freire: “educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”(1979, p.84).

3.2 FORMAS DE EDUCAR PARA O MEIO AMBIENTE

Entendemos que a educação ambiental deve estar presente, permeando todas as relações e atividades escolares, desenvolvendo-se de maneira interdisciplinar, para refletir questões atuais e pensar qual mundo queremos. Sendo assim, ela não pode ter uma abordagem biofísica apenas, na qual é trabalhada por uma disciplina isolada como geralmente acontece. É comum encontramos escolas onde são as disciplinas de geografia e biologia que tem o encargo dessa tarefa. A interdisciplinariedade no ambiente pedagógico é uma alternativa indispensável para a superação do conhecimento fragmentado:

O projeto interdisciplinar surge com o propósito de reorientar a formação profissional através do pensamento capaz de apreender a unidade da realidade para solucionar os complexos problemas gerados pela racionalidade social, econômica e tecnológica dominante. Este projeto busca fundamentar-se num método capaz de fazer convergir os olhares dispersos dos saberes disciplinares sobre uma realidade homogênea, racional e funcional, eliminando as divisões estabelecidas pelas fronteiras dos territórios científicos, cancelando o espaço próprio de seus objetos de conhecimento, para reconstruir um mundo unitário (LEFF, 2001, p.180).

Segundo Japiassu (1976, p.74), a interdisciplinaridade é um dos pilares que sustenta as propostas para o restabelecimento do ensino eficiente no país. Caracteriza-se pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa, subsidiando a proposta pedagógica da escola, que é considerada o fio condutor das ações educativas e do compromisso profissional.

Desta maneira, não restam dúvidas que a educação ambiental deve permear as diversas disciplinas dentro da escola como fio condutor das ações. Não se pode pensar uma educação, no caso, ambiental dentro dos compartimentos fechados das disciplinas e muito menos da forma “bancária”. Segundo Freire (1996, p.21), “ensinar não é transferir conhecimento, é fundamentalmente pensar certo”. A transformação da realidade só se dará conforme a tomada de consciência da real condição material de exploração a qual os sujeitos humanos trabalhadores estão submetidos. Por isso, a educação deve trabalhar com a realidade do educando a fim de ampliar sua visão de mundo. Ela deve desenvolver atitudes que permitam ao educando adotar uma posição consciente e participativa com respeito as questões relacionadas à conservação e à adequada utilização dos recursos naturais para a melhoria da qualidade de vida e eliminação da pobreza e do consumo desenfreado. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a educação ambiental é um dos temas transversais e deve ser trabalhada enfatizando-se os aspectos sociais, econômicos, políticos e ecológicos. Sendo um tema transversal, abre a oportunidade de ser trabalhada por todas as disciplinas, o que pode melhorar o entendimento das questões ambientais. Essa característica pode ser favorável a interdisciplinariedade no tocante à aplicação da educação ambiental. Contudo, conforme Carvalho, pode também ter um aspecto negativo:

O desafio metodológico da interdisciplinaridade repousa no fato de que uma prática interdisciplinar de EA pode tanto ganhar o significado de estar em todo lugar quanto, ao mesmo tempo, não pertencer a nenhum dos lugares já estabelecidos na estrutura curricular que organiza o ensino. Por outro lado, como ceder à lógica segmentada do currículo, se a EA tem como ideal a interdisciplinaridade e nova organização do conhecimento? Diante de um projeto tão ambicioso, o risco é o da paralisia ante o impasse do tudo ou nada: ou mudar todas as coisas ou permanecer à experiências significativas de aprendizado pessoal e institucional (CARVALHO, 2006, p.129).

O objetivo da educação ambiental é construir relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças, promover a liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável respeitando os limites dos ecossistemas. Não se pode compreender uma questão ambiental sem as suas dimensões políticas, econômicas e sociais. Então não se faz educação ambiental de forma linear, unilateral, enfatizando somente a questão biofísica pois seria praticar um reducionismo perigoso, no qual as mazelas sociais, tais como a corrupção, a incompetência gerencial, a concentração de renda, a injustiça social, o desemprego, a falta de moradias e escolas para todos, os menores abandonados, a fome, a miséria, a violência, e outras tantas mais, não apareceriam. Desta maneira, a filosofia tem grande papel e pode ser de grande ajuda a educação ambiental pois seu papel é justamente refletir sobre a realidade que esta posta.

As atividades de Educação Ambiental, nas escolas, devem ser o principal núcleo do programa de estudos, trabalhado em todas as disciplinas, permitindo, assim, que os alunos tenham oportunidades de desenvolver sua sensibilidade a respeito das questões ambientais¹⁴ para buscarem soluções alternativas para tais situações. Não obstante, devemos ter o cuidado com a:

incorporação da temática ambientalista pela escola [...] deve ser cuidadosamente considerada, já que não podemos reduzir as questões ambientais apenas ao tratamento de seus aspectos naturais, sendo de fundamental importância que haja o vínculo da escola com os processos dinâmicos de transformação nas sociedades contemporâneas.(CARVALHO, 1989, p.218-220)

A educação ambiental nas escolas contribui para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo

¹⁴Nosso entendimento de ambiente como já nos expressamos anteriormente não se trata apenas das questões biofísicas (ecologia).

comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade. As escolas precisam estar preparadas para trabalhar esse tema. Além de conceitos e informações ela precisa trabalhar com atitudes, com formação de valores. Com certeza, trabalhar educação ambiental é um grande desafio à qualquer escola.

4 TEMAS AMBIENTAIS E O ENSINO DE FILOSOFIA

A sociedade na qual estamos inseridos tem por base o antropocentrismo, corrente de pensamento que faz do homem o centro do universo, que intensifica-se na filosofia clássica e no pensamento judaico-cristão, fundamento da cultura ocidental. A Bíblia, formadora da maioria das religiões ocidentais, no livro do Gênesis, capítulo 1, versículos 26 a 29 e capítulo 9, versículos 1 a 3, se lê que o criador dá ao homem e à mulher o direito de dominar os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra e entrega também todas as ervas e as árvores que estão sobre a terra. Somado a essa matriz conceitual, na modernidade, linhas do pensamento filosófico passaram a empenhar-se para justificar o domínio do homem sobre a natureza. O conhecimento científico, por meio da razão, apresentou-se como saber apto a justificar a apropriação desenfreada da natureza. Descartes, Kant, Galileu Galilei, Newton e muitos outros buscaram maneiras da razão, pelas observação e experimentação, alcançar o conhecimento para submeter e dominar a natureza. Segundo Singer:

As atitudes ocidentais ante a natureza são uma mistura daquelas defendidas pelos hebreus, como encontraremos nos primeiros livros da Bíblia, e pela filosofia da Grécia antiga, principalmente a de Aristóteles. Ao contrário de outras tradições da Antiguidade, como, por exemplo, a da Índia, as tradições hebraicas e gregas fizeram do homem o centro do universo moral: na verdade, não apenas o centro, mas, quase sempre, a totalidade das características moralmente significativas deste mundo (SINGER, 2012, p.178).

Esta apropriação dos recursos naturais intensificou-se com o processo industrial que provocou em um ritmo acelerado o crescimento das cidades e da população, aumentando assim a utilização dos recursos naturais não-renováveis e a quantidade de resíduos descartados. Isso trouxe grandes mudanças nas sociedades e no modo de vida.

Foram criados novos estilos de vida, novos valores, e modificam-se também as formas de perceber a natureza. Conforme Carvalho:

O dinamismo da civilização industrial introduziu radicais mudanças no Meio Ambiente físico. Essas transformações implicaram a formação de novos conceitos sobre o ambiente e os seu uso. A Revolução Industrial, que teve início no século XVIII, alicerçou-se, até as primeiras décadas do último século, nos três fatores básicos da produção: a natureza, o capital e o trabalho. Porém, desde meados do século XX, um novo, dinâmico e revolucionário fator foi acrescentado: a tecnologia. Esse elemento novo provocou um salto, qualitativo e quantitativo, nos fatores resultantes do processo industrial. Passou-se a gerar bens industriais numa quantidade e numa brevidade de tempo antes impensáveis. Tal circunstância, naturalmente, não se deu sem graves prejuízos à sanidade ambiental (CARVALHO, 2003, p.67).

Junto com estas mudanças surgem também inúmeros problemas ambientais, deflagrando assim uma crise de tal proporção que ameaçava a própria sobrevivência do homem, como já tratamos anteriormente neste trabalho. Dessa maneira a filosofia enquanto disciplina do currículo do ensino médio não pode se furtar a discutir tais problemas. Iluminado por pensadores que se propuseram a discutir essa complicada relação do homem com a natureza, é possível por meio das aulas de filosofia formar conceitos que ajudem a construir uma sociedade melhor, composta por pessoas conscientes da responsabilidade em relação ao meio circundante. Assim, a

aula de filosofia deve funcionar como uma oficina de conceitos, um local onde os conceitos historicamente criados são experimentados, testados, desmontados, remontados, sempre frente aos nossos problemas vividos. E também um local onde se arrisque a criação de novos conceitos, por mais circunscritos e limitados que eles possam ser (GALLO, 2003, p.4).

Para trabalhar a crise ambiental com os alunos, é bom refletir que esta relação dissociada do homem com meio nem sempre foi assim. Basta verificar que na própria Grécia Antiga, época dos filósofos naturalistas, acreditava-se na dinâmica das coisas, na evolução das espécies e na origem animal do homem. Segundo as concepções da Escola de Mileto, a vida é uma contínua transformação, uma luta entre contrários e sujeita às vicissitudes do tempo e do espaço. Tal corrente de pensamento, surgida cinco séculos

antes da era cristã e bastante elevada do ponto de vista espiritual, inseria o ambiente em uma perspectiva cósmica.

Sobre essa perspectiva da visão mais espiritual do cosmo, temos vários filósofos atuais que podem ajudar-nos a refletir como Arne Naess, fundador da chamada ecologia profunda que concebe o ser humano como parte do seu entorno. Propõe mudanças culturais, políticas, sociais e econômicas, a fim de se conseguir uma convivência harmônica entre o ser humano e as demais formas de vida. A ecologia profunda parte da visão de que a natureza tem um valor intrínseco a ela mesma. Ela vem em oposição a ecologia rasa que possui uma visão convencional segundo a qual o meio ambiente deve ser preservado apenas por causa da sua importância para o ser humano. Segundo Capra:

A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de "uso", à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos — ou qualquer outra coisa — do meio ambiente natural. Mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida (CAPRA, 1996, p.16).

Após discutir e definir as concepções de antropocentrismo e holismo, é possível conduzir os alunos à reflexão sobre a sociedade de consumo, levando em conta que a produção e consumo desenfreados de produtos ditos da “moda” ferem a natureza de duas formas diferentes. Seja pela uso dos recursos naturais que são empregados para produzi-los, seja pela quantidade de resíduos sólidos que estes produtos geram no ambiente ao serem descartados ou ainda porque não se enquadram mais à moda, uma outra tendência diferente já está povoando o imaginário do consumidor. Assim, “uma ética ambiental rejeita os ideais de uma sociedade materialista na qual o sucesso é medido pelo número de bens de consumo que alguém é capaz de acumular” (SINGER, 2012, p. 302).

Uma boa maneira de trabalhar este tema dentro da filosofia é através da Odisseia de Homero, que trata da ilha de Ogigia, local onde Ulisses ficou sete anos preso pela ninfa Calipso que lhe prometera juventude e prazeres eternos se ele ficasse com ela. É

uma proposta de reflexão da sociedade de consumo e suas promessas, pois, assim como a ilha causa esquecimento e alienação, “a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional (...)” (ADORNO, 1995, p.33). Vivemos no reino do esquecimento, buscando prazeres contínuos e ininterruptos. Estamos sempre rodeados por infinitas possibilidades de satisfação, sempre a procura de novos prazeres e objetos que nos satisfaçam.

Em Epicuro, podemos também fomentar uma discussão a respeito da ideia de felicidade atrelada ao consumismo, ao ter. Esse filósofo que defende os prazeres da vida traz uma reflexão sobre quais prazeres podem levar a felicidade.

Prazer para nós significa: não ter dores no âmbito físico, e não sentir falta de serenidade no âmbito da alma. Pois uma vida cheia de ventura não é formada por uma seqüência infinita de bebedeiras e banquetes, pelo gozo de belos mancebos ou de lindas mulheres, nem tampouco pelo saborear de deliciosos peixes ou de tudo aquilo que uma mesa cheia de guloseimas possa oferecer; mas, pelo contrário, somente pelo pensamento claro, que alcança a raiz de todos os desejos e de tudo o que se deve evitar e que afugenta a ilusão que abala a alma como se fora um tufão (EPICURO, 2006, p. 42).

Uma coisa muito importante no pensamento desse filósofo é a questão das escolhas que todos os dias devemos fazer. Se escolhermos bem, poderemos ter uma vida feliz, sem dor, mas se errarmos na escolha, isso pode trazer muito sofrimento e dor.

E justamente porque o prazer é nosso primeiro bem, não zelamos pela obtenção de qualquer prazer, mas deixamos de lado muitos, dos quais finalmente poderia resultar-nos um mal-estar maior ainda. Com efeito, a muitas dores damos valor mais alto do que a prazeres, principalmente em certos casos em que depois de um espaço de tempo prolongado de dor sucede um prazer tanto maior (EPICURO, 2006, p. 40).

Uma escolha poderá apresentar-se como boa, mas trazer uma dor muito maior no futuro do que uma escolha que no momento possa trazer uma dor, mas futuramente um grande prazer. Então como escolher? A razão é a ferramenta para as escolhas.

Felix Guattari, filósofo que procurou, em suas obras, abarcar questões sociais, humanas, políticas, econômicas e ambientais, com base na subjetividade e na transdisciplinaridade. N’“As três ecologias”, alerta para a condição humana neste planeta

em virtude das ações sem projeção consciente, que vêm ocorrendo ao longo das gerações e que culminaram em graves desequilíbrios ecológicos na contemporaneidade. Enfatiza também a formação de um novo ser humano. A sustentabilidade deve permear o sistema em todos os níveis e transitar pelas mais diversas áreas do saber, propondo a aplicação na sociedade atual da visão totalizadora e não mais compartimentada. Segundo ele, “não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (GUATTARI, 2009, p.9).

O pensamento ecológico-filosófico proposto por Guattari, sugere uma tentativa de compreender o indivíduo através de seus pontos de contato com a realidade que a produz e a atravessa, em suas múltiplas dimensões. Na obra citada anteriormente, ele afasta-se da separação ambientalista dualística do humano e não-humano, refletindo sobre o conceito de Ecosofia como um estudo de fenômenos complexos, incluindo a subjetividade humana, o meio ambiente e as relações sociais, intimamente interconectados entre si, pois os modos de vida humanos individuais e coletivos estariam evoluindo ao encontro de uma progressiva deterioração. A proposta é para mudar a práxis humana tanto individual quanto coletiva. “Cada vez mais, os desequilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas” (GUATTARI, 2009, p.52), principalmente quanto à regulação das relações entre o oxigênio, o ozônio e o gás carbônico.

Outro enfoque que pode ser trabalhado com Guattari são as relações de gênero quanto à exploração da mulher, o feminismo o trabalho e a exploração infanto-juvenil, a desculturação das comunidades que absorvem culturas artificiais estrangeiras, ideologias arcaicas, demagogias massificantes que descaracterizam a nacionalidade, estimulam a violência e as desigualdades, sendo que tudo isto, culmina para agravar a crise ecológica vivenciada desde o início do século XIX. Sobre a condição da mulher, também, Boff (1999, p.39) comenta que antigamente o homem reverenciava a terra como mãe generosa, como elemento feminino venerado e respeitado, sendo que paulatinamente essa visão foi sofrendo profundas modificações com o avanço da ciência e fortalecimento do modelo patriarcal. Nesse contexto o feminino passou a ser algo considerado inferior, de menor valia, a ser dominado e usufruído.

Os alunos podem ser sensibilizados para os conteúdos de Ética Ambiental. Temos aí um terreno fértil para uma discussão. Uma reflexão com Boff trás a questão da necessidade de uma ética que tenha o cuidado para com o meio.

Esta situação de barbárie por grave falta de solidariedade e de cuidado entre os seres humanos evoca a compaixão como uma realidade relevante e urgente. A este drama é preciso acrescentar a ameaça que pesa sobre o sistema Terra. A aceleração do processo industrial faz com que a cada dia desapareçam 10 espécies de seres vivos e 50 de espécies vegetais. O equilíbrio físico-químico da Terra, construído sutilmente durante milhões e milhões de anos, pode romper-se devido à irresponsabilidade humana. (BOFF, 2000, p.9)

Devido as atitudes de desrespeito com o meio, é necessário e urgente uma ética voltada para os seres sensitivos. Nesse campo, o filósofo Peter Singer dá a sua contribuição. Sua proposta ética visa o principio de igualdade entre os seres sencientes, ou seja, que o interesse de não sofrer dos outros animais tenha a mesma consideração moral que o interesse humano (SINGER, 1998, p.67). Segundo Ferry (2009, p. 76), “a formação de toda uma doutrina em favor da Libertação Animal que defende a atribuição de capacidade jurídica aos animais, tornando-os sujeitos de direito”.

Nesse tema sobre a separação do homem e dos animais, podemos analisar as contribuições de Rousseau. Ele ressalta a importância da cultura e da educação nesse processo para a formação da pessoa. Sem a cultura e a educação, há apenas o animal:

Mas, quando as dificuldades que envolvem todas essas questões deixassem algum motivo de discutir sobre essa diferença do homem e do animal, há uma outra qualidade muito específica que os distingue, sobre a qual não pode haver contestação: é a faculdade de se aperfeiçoar, a qual, com o auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e reside, entre nós, tanto na espécie como no indivíduo, ao passo que um animal é, no fim de alguns meses, o que será toda a vida, e sua espécie, ao cabo de mil anos, o que era no primeiro desses mil anos (ROUSSEAU, 2006, p. 42).

São vários os filósofos que possuem enfoque na questão ambiental. Existe um campo aberto para esta abordagem e que cada dia se torna mais importante sua reflexão.

A filosofia enquanto disciplina pode contribuir imensamente com a reflexão ambiental tornando-se uma referência para as outras disciplinas do currículo do ensino médio. Conforme Morin (1999, p. 63), “é preciso que compreendam tanto a condição humana no mundo como a condição do mundo humano, que, ao longo da história moderna tornou-se condição da era planetária.” Isso significa que é preciso parar e refletir acerca das ações ou das maneiras como vivemos e como elas deixam registros no meio ambiente.

Desde sua origem, o homem apropria-se da natureza a fim de transformá-la e adaptá-la às suas necessidades. Essas transformações, que caracterizam o mundo, obrigam o homem a uma constante avaliação de suas relações com o meio ambiente. A filosofia necessita colaborar com essas reflexões, pois, no que se refere à questão ambiental, nota-se a dificuldade do aluno em perceber a relação que ele estabelece com o meio ambiente. Isso se dá pelo fato de que, muitas vezes, o meio ambiente é trabalhado puramente em seus aspectos naturais, ficando sob a responsabilidade dos professores de Biologia e Geografia, ou resumidas a datas comemorativas como, por exemplo, o dia da água, o dia do meio ambiente, o dia da árvore, entre outros. A realidade nos mostra que na educação formal, muitas vezes, a proposta curricular está mais voltada para conteúdos específicos, os quais são trabalhados dissociados da realidade, dificultando a compreensão por parte dos educandos como também o trabalho dos professores. Educação Ambiental visa o desenvolvimento da consciência crítica, motivando os educandos para a mudança de valores, posturas e atitudes, seu trabalho deve ser contínuo e relacionado com os conteúdos de sala de aula. Segundo Zanella:

É importante também explicitar a aprendizagem como algo que deve ser significativo na vida do indivíduo, onde se sobressai a qualidade de desenvolvimento pessoal, permanente e que vai ao encontro das necessidades do sujeito. Sabe-se que aquilo que não é tomado como significativo tende a ser abandonado. Assim sendo, e, considerando-se a aprendizagem na situação da sala de aula, onde eventos de aprendizagem devem ser favorecidos, torna-se importante referendar a necessidade de estratégias de ensino que oportunizem ao aprendiz vislumbrar o verdadeiro significado (desenvolvimento, mudança) de tudo que é proposto (ZANELLA, 1999, p.21).

Em decorrência das práticas fragmentadas da educação ambiental, o educando se sente observador de sua realidade e não um ser atuante e transformador desta. O

aluno precisa enxergar sentido no que está realizando e o professor tem que ser o mediador no processo de ensino-aprendizagem. Somente dessa forma pode-se fazer com que seja percebida a verdadeira relação que deve ser estabelecida com a natureza, caso contrário ela vai continuar a ser vista como uma mercadoria à disposição, para ser utilizada indiscriminadamente.

Cabe ao educador estimular o aluno a refletir sobre a realidade na qual vive, levando-o à compreensão de que é um ser ativo no contexto social e histórico, proporcionando a construção de um cidadão consciente de suas ações. Como diz Paulo Freire (1996, p.30): “Por que não estabelecer uma ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduo?” É necessário partir dessa questão, se pretendemos formar cidadãos críticos, responsáveis, solidários e preparados para lutar pelos seus direitos, estabelecendo uma relação de valorização e respeito pela natureza.

A mudança da visão sobre os recursos ambientais como algo finito tem relação com a ideia de que estamos ligados com todos os indivíduos do mundo, de que as ações praticadas em um dado contexto podem interferir em outros muito distantes, de que a poluição ou devastação ambiental de dado continente ameaça a vida de todo planeta.

Conforme Ribas e Censi:

A Filosofia não é um conhecimento meramente abstrato, pois é, na realidade, que encontra as questões fundamentais que lhe servem de objeto de investigação. Sendo assim, a realidade como tal se apresenta como o ponto no qual o filósofo incide seu olhar alçando o voo especulativo na busca da teorização e compreensão lógico-discursiva das questões. Ele pode apresentar questões até então não experienciadas e/ou problematizadas pelo sujeito (CENSI; RIBAS, 2007, p. 03).

A filosofia como ciência contribui no pensar e pode iluminar nosso agir em busca de um meio ambiente mais sadio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo conclui que o ensino da filosofia no Ensino Médio se caracteriza como um elemento necessário capaz de proporcionar uma inter-relação com as demais áreas do conhecimento. Também aponta que o exercício do filosofar pode colaborar de forma significativa para a formação de uma consciência crítica ambiental. Associado às diversas realidades vividas pelos educandos, deve-se fomentar um ensino de filosofia que busque desenvolver a crítica filosófica do educando.

Entendemos que a Filosofia pode ser útil para estimular o aluno a pensar os problemas da contemporaneidade, recorrendo a leituras de pensadores que já o fizeram em tempos passados, tentando sugerir saídas para problemas semelhantes aos de hoje.

Diferentemente de outras disciplinas, cujo valor para a formação dos sujeitos é inquestionável e que, portanto, estiveram sempre presentes no currículo da Educação Básica, o valor da disciplina de Filosofia foi muitas vezes questionado, o que a fez oscilar como componente curricular desse nível de ensino. A presença da Filosofia na escola só era defendida pelos órgãos oficiais quando considerada capaz de contribuir de alguma forma com as exigências de formação que se gestava no interior do modo de produção econômico.

Com o retorno do ensino da Filosofia no Brasil – inicialmente como tema transversal apontado nos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1999, e a partir de 2009 com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – a filosofia torna-se uma disciplina obrigatória no currículo do ensino médio em todo o país, desafiando os educadores a aplicá-la de maneira significativa no processo de ensino e aprendizagem.

Para isso, a Filosofia tem que ganhar vida, instigar os alunos a reflexão a partir de temas e problemas que façam parte do seu cotidiano. A inserção da filosofia como disciplina no ensino médio compreende a necessidade da formação crítica e autônoma do cidadão no final da educação básica, pois esse saber fornece condições para o pensar e o agir através da ação reflexiva, respondendo e indagando as sociedades contemporâneas.

A filosofia é importante para o desenvolvimento de uma sociedade melhor onde predomine o diálogo, a discussão filosófica, numa reflexão sobre comportamentos morais e éticos com parâmetros em nossas ações e vivências sem autoritarismos e com liberdade e autonomia. O ensino de filosofia é fundamental para a consolidação da democracia, para a discussão de temas pertinentes e para o desenvolvimento do pensamento social e político da nossa sociedade. Ela se faz necessária para a ampliação da consciência ecológica, melhorando a relação entre o ser humano e os seres não-humanos a fim de construir uma atitude de respeito por eles. Embora sejam muitos os “modismos ecológicos” que acabam por não se tornar em práxis efetivas em busca de resultados reais, o trabalho da filosofia se torna essencial para iluminar essas armadilhas da sociedade.

Sendo assim, a filosofia é de vital importância para a educação em todos os seus níveis de ensino. Ela obedece a um esforço no sentido de questionar e debater os problemas referentes à existência humana, isto é, desenvolver um espírito crítico, suscitando a liberdade para o exercício da democracia.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. A universidade brasileira na (re) conceituação da educação ambiental. *Educação Brasileira*. Brasília, 15 (31), p. 107-115, 2º semestre de 1993.

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Trad. de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ARROYO, Miguel (Org.). **Trabalho, Educação e Prática**: revendo os vínculos entre trabalho e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ÁVILA, C. de. **Filosofia no II grau**: Documento de Brasília. In:_____. A Política da Filosofia no II grau. Rio de Janeiro: SEAF, 1986. (www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/.../1038)

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.

BIBLIA , N. T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Reed. Versão de Anttonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Da Américas, 1950. Cap. 12, vers. 11.

BOFF, Leonardo. **Princípio de Compaixão e Cuidado**. Petropolis: Ed. Vozes, 2000.

_____. **Saber cuidar**: ética do humano-compaixão pela terra. Petropolis: Ed. Vozes, 1999.

BOSI, A. **Cultura Brasileira**. In: MENDES, D. T. (Coord.). *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BRASIL/MEC. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 70

BRASIL. LEI 9.795/1999. **Lei de Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 1999.

CARTOLANO, Maria T. P. **Filosofia no ensino de 2º Grau**. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1985.

CUNHA, L.A. **A universidade temporã**: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, M. C. V. **O ensino de filosofia**: revisitando a história e as práticas curriculares. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 1992.

CHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1991

CARVALHO, Izabel C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Docência em formação).

_____. **A temática ambiental e a escola de 1 o grau**. 1989. 282 p. Tese(Doutorado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CARVALHO, Marcelo et al (Org.). **Ensinar Filosofia: Aprendendo e ensinando a filosofar**. Cuiabá: Central de Textos, 2013. 2 v.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 13ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CAPRA, Fritjov. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1996

CENSI, Mário P.; RIBAS, Maria A. C. **Filosofia e cinema: possíveis entrecruzamentos**. Disponível em: <http://sites.unifra.br/portals/1/j_%20filosofia%20e%20%20cinema%20-%20texto%206.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2015.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Que é a Filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

ENGELS, Friedrich. Friedrich. **Dialética da natureza**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

EPICURO. **Pensamentos, texto integral**. São Paulo: Editona Martin Claret, 2006

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem**. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Difel, 2009, 252 p

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Trad. Rosisca D. de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação e Mudança**. Tradução Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

FILOSOFIA CIÊNCIA E VIDA: **A Educação como ato político**. São Paulo: Araguaia, n. 92, mar. 2014. Bimestral. Entrevista.

FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.). Brasília: MMA, **Departamento de Educação Ambiental**, 2007. vol. 2, 352 p.

GALLO, Sílvio; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio (orgs.). **Filosofia do Ensino de Filosofia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. 20ª ed. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 2009, 56p

GRAMISCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus (Coleção Papirus Educação) 2004, 171 p.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) 2002, 120 p.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução: Beatriz Sidou. Disponível em: <[http://www.aproffesp.pro.br/files/Cursos/APROFFESP_NA_ESCOLA/Textos para escrever artigos/Filosofia da Historia/Hegel_A_Razo_na_Histria_uma_Introduo.pdf](http://www.aproffesp.pro.br/files/Cursos/APROFFESP_NA_ESCOLA/Textos_para_escrever_artigos/Filosofia_da_Historia/Hegel_A_Razo_na_Histria_uma_Introduo.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2015. JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber**, Rio de Janeiro: Imago, 1976

KUHN, Thomas. **Estruturas das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978. Apud BOFF, Leonardo. *Ecologia, grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1996, p. 27.

KANT, Immanuel. **Anúncio do Programa do Semestre de Inverno de 1765-1766**. Disponível em: http://criticanarede.com/fil_ensinarpensar.html. Acesso em: 22 de abril de 2015

LEITE, Serafim. **Suma história da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938 (tomos I e II).

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003

_____. **Epistemologia Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade: Os Sete Saberes Necessários e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAZAI, N.; RIBAS, M. **Trajectoria do ensino de filosofia no Brasil**. Revista Disciplinarum Scientia: Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria, v.2, p.1-13, 2001. Disponível em: <http://sites.unifra.br/Portals/36/CHUMANAS/2001/trajectoria.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

NAESS, Arne; KUMAR, Satish. *Deep ecology*. Phil Shepherd Production, 1992

PEGORARO, O. **Política da filosofia no Brasil**. Zero Hora. Porto Alegre, 1979.

POLÍTICA Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999. Disponível em : <http://www.rebea.org.br/vquemsomos.php?cod=908> -

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martin Claret, 2006. (A obra-prima de cada autor, v. 199)

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Texto escrito com a colaboração de Denise Elias. São Paulo: Hucitec, 1988

SCHMITZ, Egídio. 1994. **Os Jesuítas e a Educação**. São Leopoldo – RS: Unisinos.

SINGER, Peter. **Ética Prática**, Tradutor:, Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: M. Fontes, 2012, 399 p.

ZANELLA, L. **Aprendizagem uma Introdução**. In: ROSA, J. L. Psicologia da educação: o significado do aprender. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

ZOTTI, Solange A. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados, 2004.